

# Exercício de solidariedade

Sábios budistas, ainda no século XIII, ensinavam a seus jovens discípulos: “Se acendermos uma tocha para os outros, iluminaremos também o nosso próprio caminho”. A sabedoria contida na máxima é a de que, ao espalhar o bem à nossa volta, também somos beneficiados por essas boas ações. Servidores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) que se dedicam a causas sociais são testemunhas dessa transformação provocada pelo exercício da solidariedade, uma prática que o Tribunal mineiro pretende estimular por meio do seu Núcleo de Voluntariado. Na foto, o oficial judiciário Marcelo Alencar, com crianças de projeto social no qual atua como voluntário.

Páginas 4 e 5

Publicação da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH – DEZEMBRO – 2016  
ANO 22 – NÚMERO 222



Jéssica Torres

# Ação transformadora

“O voluntariado cria laços de solidariedade, que geram o trabalho em cooperação. Ao incentivar o altruísmo, ele desperta um novo propósito no voluntário, e isso gera vitalidade. Por isso, é um ato transformador, não só para quem está em situação de vulnerabilidade, e que é ajudado, mas também para quem se voluntaria.” A reflexão é do juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça Sérgio Caldas Fernandes, que integra o Núcleo de Voluntariado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG).

Criado com o objetivo de dar efetividade à Rede de Voluntariado de Minas Gerais, o núcleo surgiu com a premissa de que a incorporação da cultura do voluntariado, dentro do Tribunal mineiro, irá beneficiar o conjunto da sociedade e aumentar a confiança, a solidariedade, o pertencimento e a reciprocidade entre servidores e jurisdicionados. Esta edição traz relatos de servidores que já doam tempo e talento para causas sociais. Histórias que revelam o potencial transformador do voluntariado.

Outra matéria desta edição fala sobre a sala de acolhimento e escuta, criada por iniciativa da juíza Maria Luíza Santana Assunção, da 16ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte, para acolher mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, antes e depois

das audiências. O objetivo é oferecer apoio psicológico a essas mulheres, na tentativa de empoderá-las e de quebrar o ciclo da violência.

O desembargador Manoel dos Reis Morais é o entrevistado desta edição. Na conversa, o magistrado fala sobre a importância da ética no consumo, reflexão especialmente relevante nesta época do ano, em que as pessoas são incitadas a consumir, desenfreadamente. “Penso que seja sempre necessário fazer uma reflexão sobre os múltiplos aspectos que envolvem o consumo, para que ele não se transmude em consumismo”, avalia o desembargador.

Este número traz ainda matéria sobre a Cantata de Natal, que vestirá de luzes e música as escadarias do Palácio da Justiça, na capital, no dia 8 de dezembro, às 19h30. O evento é uma iniciativa da Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj) do TJMG e terá a participação de cerca de 200 crianças e adolescentes do Coral e da Orquestra Infantojuvenil da Casa.

Na página 8, leia texto do juiz Magid Nauef Láuar sobre o Cineclube TJ, que une a exibição de obras marcantes da história do cinema à discussão de alto nível sobre os temas abordados pelos filmes. Na mesma página, confira a coluna Clique do Leitor.

Boa leitura!

## PJe Expansão 2016

A programação de implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe) em 2016 foi cumprida satisfatoriamente. Para 2017, já há cronograma aprovado. Contudo, o foco passa a ser a busca da estabilidade e da eficiência do sistema e, principalmente, a melhora na usabilidade. O superintendente de informática do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Wilson Benevides, esclarece que a meta é incorporar ao processo eletrônico as versões mais atualizadas. “A mais recente, a 2.0, está em desenvolvimento no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e devemos participar ativamente de todas as etapas do projeto. Do ponto de vista do usuário externo, nosso objetivo é atuar no aperfeiçoamento do acesso ao sistema.”

A versão 2.0 prevê o acesso ao PJe através de *smartphones* e *tablets*. Outra tecnologia que entra na pauta de estudos é a internet por satélite, via antena, que pode ser assinada pelo próprio TJMG, advogados e outros usuários, como se faz hoje com TV por satélite. Essa forma de acesso à internet, que começa a ser comercializada por algumas operadoras, ainda que de forma tímida, mas com boa perspectiva em médio prazo, vai permitir que as comarcas menores tenham o PJe, tomando a solução do processo eletrônico universal e plena em todo o TJMG.

### Tribunal de Justiça de Minas Gerais

#### Presidente:

Desembargador Herbert José Almeida Carneiro

#### 1º Vice-Presidente:

Desembargador Geraldo Augusto de Almeida

#### 2º Vice-Presidente:

Desembargador Wagner Wilson Ferreira

#### 3º Vice-Presidente:

Desembargador Saulo Versiani Penna

#### Corregedor-Geral:

Desembargador André Leite Praça

#### Vice Corregedora-Geral de Justiça

Desembargadora Mariângela Meyer Pires Faleiro

#### Ouvidor

Desembargador Moacyr Lobato

#### Expediente

#### Assessora de Comunicação Institucional:

Patrícia Kelles

#### Gerente de Imprensa:

Wilson Menezes

#### Coordenadora de Imprensa:

Manuela Ribeiro

#### Editores:

Daniele Hostalácio e Lucas Loyola

#### Revisora:

Patrícia Limongi

#### Design Gráfico:

Narla Prudêncio

#### Fotolito e Impressão:

Globalprint Editora Gráfica Ltda

#### Ascom TJMG:

Avenida Afonso Pena, 4001 - 13º andar - Serra,  
Belo Horizonte/MG

CEP 30.130-008

Tel.: (31) 3306-3920

E-mail: imprensa@tjmg.jus.br

#### Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

#### Ascom Fórum BH:

(31) 3330-2123

#### Tiragem:

3 mil exemplares

#### Portal TJMG:

www.tjmg.jus.br

# Mulheres ganham espaço de acolhimento e escuta



Daniele Hostalácio

A.M., 26 anos e duas filhas, enxuga as lágrimas e retira do fundo da alma as lembranças passadas e recentes de violência doméstica. Está diante de uma psicóloga, para quem relata suas dores, em uma tentativa de expurgá-las e de vislumbrar uma luz no fim do túnel. A conversa acontece dentro de um prédio do Judiciário mineiro. Não é um espaço qualquer, mas uma sala de acolhimento e escuta criada pela 16ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte para acolher essas mulheres.

Com paredes cobertas com papel florido, em um esforço para quebrar o ambiente frio das repartições públicas, a sala é um espaço que surgiu por iniciativa da juíza Maria Luíza Santana Assunção. “Durante as audiências, as vítimas se apresentavam sempre muito sofridas e depressivas. Eu sentia que havia uma dor muito forte nelas que precisava ser trabalhada, um trabalho que deveria ser feito não por juizes mas por psicólogos; a escuta precisava ser especializada”, lembra.

Por meio de um projeto de extensão universitária em parceria com a PUC-Minas, a magistrada conseguiu uma psicóloga para realizar esse trabalho, de maneira voluntária. “O Ministério Público e a Defensoria abraçaram de imediato a iniciativa, cedendo a sala deles para ser usada para o atendimento, nos horários disponíveis, e também ajudando a tornar o espaço mais acolhedor; a sala foi então reformulada para acolhê-las”, conta. Assim, em agosto deste ano, a sala surgiu, em caráter experimental.

Antes e depois das audiências, as vítimas são acolhidas no espaço. A partir da conversa, algumas são

convidadas a voltar, para receber acompanhamento psicológico. “O objetivo é amparar essas vítimas de violência, acolhendo-as em um momento de fragilidade. Muitas delas sofreram violência durante muito tempo, e isso pode deixar sequelas: depressão, dificuldade de construir novos laços, ansiedade, estresse pós-traumático e até síndrome do pânico”, conta a psicóloga voluntária Mariana Alvarenga Silva, que faz os atendimentos.

Por meio das conversas, explica a psicóloga, busca-se trabalhar o fortalecimento da autoestima e o autoconhecimento das mulheres atendidas. “A ideia é empoderá-las, tirando-as da posição de vítimas, para que possam buscar uma saída e reconstruir suas vidas”, afirma. Durante o atendimento, é construída uma relação terapêutica, que pode ser também um caminho para que essas mulheres busquem posteriormente apoio psicológico na rede pública de saúde.

“Trata-se de um projeto simples, mas no qual acreditamos muito, pois ele está aliviando um pouco a dor sofrida por essas mulheres, muitas das quais são mães. Precisamos expandi-lo, para que mais cidadãs em situação de violência possam ser ouvidas, pois sabemos da dificuldade delas em conseguir atendimen-

to psicológico na rede de saúde pública, em especial quando são de baixa renda”, avalia a juíza Maria Luíza.

A magistrada ressalta que o Poder Judiciário aplica a lei e está atento ao fenômeno da violência doméstica. “Mas devemos ir além, apoiar a cura dessas mulheres, para quebrarmos esse ciclo de violência e

para que elas não se tomem novamente vítimas. O que queremos, com esse projeto, é proporcionar dias melhores para elas e seus filhos. Isso só virá com o tratamento dessa dor, quando elas conseguirem de fato vencer essa etapa em sua vida”, acrescenta.

Para que a iniciativa se fortaleça e se expanda, a magistrada destaca a importância de mais parceiros. “Nossa intenção é que a iniciativa integre o orçamento do Tribunal, já no próximo ano. Por enquanto, atuamos de forma experimental por meio de extensão universitária. Mas a iniciativa já está aberta a todas as varas da Maria da Penha, pois já beneficia um grande número de vítimas”, reforça a magistrada.

O depoimento de A.M. corrobora essa avaliação da magistrada. “Meus pais já morreram, não tenho contato com outros parentes, não posso contar com ninguém. O espaço que tenho aqui, para conversar com a psicóloga, tornou-se muito importante na minha vida. Antes eu não via recurso, não via saída para a situação em que me encontrava. Agora, acredito novamente que a felicidade é possível.”

**O objetivo é amparar as vítimas de violência, acolhendo-as em um momento de fragilidade**





■ A escritora judicial Cristina Costa: conhecimento em administração a serviço de uma instituição que atende pessoas em situação de vulnerabilidade social

## Para ser grande, sê inteiro

Jéssica Torres

Ricardo Reis, um dos heterônimos de Fernando Pessoa, no poema que dá título a esta matéria, imbuí os versos da essência da vida: “Sê todo em cada coisa/ Põe quanto és/ no mínimo que fazes”. Esse é também o princípio do trabalho voluntário, ser inteiro para o outro, dedicando-se por completo a ajudá-lo de acordo com suas habilidades.

A prática de doar-se ao outro encontra suas raízes nos primórdios da humanidade. Códigos morais de civilizações antigas, à luz da justiça social, encorajavam atos solidários como abrigar e alimentar viajantes, cuidar de necessitados, dar carona gratuitamente. Os que professavam o cristianismo acreditavam que boas ações poderiam ser o passaporte para a salvação. O tempo trouxe consigo a herança de nossos ancestrais e a esperança de uma espécie cada vez mais humana.

A Rede de Voluntariado do Estado de Minas Gerais é um projeto da Organização das Nações Unidas (ONU), que tem parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e outras entidades. A iniciativa desponta com a necessidade de aprimorar as ações sociais em Minas, a partir de uma plataforma de comunicação dos envolvidos, como um banco

de dados capaz de articular as necessidades do voluntariado e a oferta de voluntários das organizações.

Para o juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça Sérgio Caldas Fernandes, representante do Tribunal na Rede de Voluntariado, o Poder Judiciário age como catalisador de ações sociais para assegurar direitos fundamentais: “Ações sociais que podem ser feitas através do voluntariado estão dentro da missão e da própria visão do Judiciário”.

A fim de disseminar a cultura do voluntariado entre seus diferentes públicos e contribuir para a consolidação da rede, o TJMG criou neste semestre o Núcleo de Voluntariado. Entre outras atribuições, a iniciativa pretende potencializar ações voluntárias entre magistrados e servidores da Casa. Muitos deles já encontraram no voluntariado uma importante fonte de sentido para a vida, como nos exemplos relatados a seguir.

### Projeto Musical

Mãos pequeninas tentavam dedilhar violões de tamanho GG, e o esforço seria inútil se os alunos e o professor não estivessem tão obstinados. Para

extinguir o descompasso e, finalmente, ensinar os segredos daquele instrumento na Fraternidade Espírita Camilo Chaves, Marcelo Aguiar comprou violões próprios para crianças e adolescentes. Ganhou de brinde uma nova compreensão sobre o tempo do outro, uma lição que levaria para a vida.

Oficial judiciário há 23 anos, o servidor do TJMG aprendeu os primeiros acordes ainda na adolescência, enquanto participava das missas dominicais e de encontros de jovens. As ondas sonoras o transportaram para as aulas de teoria musical e solfejo e o curso livre de violão na Escola de Música da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bem como corais – o servidor integrou o Coral do TJMG por três anos.

Faz dois anos que o belo-horizontino coordena o Projeto Musical, mantido pela fraternidade e voltado para crianças e adolescentes carentes do Bairro Jardim América e região. Os jovens passam por uma entrevista para que sejam avaliadas suas habilidades e potenciais e, a partir disso, são direcionados para a atividade mais adequada a cada perfil, como explica o professor. As aulas, nos domingos de manhã, são orquestradas por notas suaves e melódicas, segun-



do o servidor. “Esse trabalho tem me trazido muita alegria, pois, quando chego à fraternidade, as crianças vêm logo me dar um abraço tão caloroso que imediatamente o sono por acordar cedo dá lugar a uma vontade imensa de cumprir com êxito a minha missão”, declara.

## Gratificação

“Meus pais sempre acolhiem em nossa casa gente que por alguma razão não tinha condições de se manter. Com isso aprendi desde cedo a dividir tudo, pois além de mim e de meus dois irmãos, eles acabaram criando como filhos mais sete pessoas”, lembra Cristina Costa, escritora judicial da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Salinas. Os valores morais dos pais ultrapassaram as barreiras genéticas e determinam ações da filha, que é “viciada em sempre fazer algo por alguém para ajudar”.

A servidora acredita na lei de causa e efeito, pois o sucesso no concurso do TJMG, em 2008, permitiu-lhe cursar administração pública pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). “Ampliou mais ainda a minha vontade de não apenas vencer, mas de contribuir para a sociedade enquanto servidora pública e cidadã”, afirma.

Pouco tempo depois, ela foi convidada para desenvolver e concretizar estratégias para angariar recursos que mantêm os projetos sociais desenvolvidos pela ONG Associação Hope Of The Future. A instituição atende crianças, adolescentes e familiares em vulnerabilidade social e proporciona cursos de capacitação para o mercado de trabalho: informática, oficinas de artes, teatro, música, palestras com profissionais específicos, entre outros.

Cristina Costa revela a força motriz de seu trabalho: “É muito gratificante saber que contribuimos para que pessoas tenham a oportunidade de melhorar suas condições de vida, buscar melhores expectativas para alcançar seus sonhos”.

## Amor

Bem a oeste de Minas Gerais, na região do Campos das Vertentes, está Passa Tempo, popularmente conhecida como Cidade Aconchego. Alguns habitantes de lá sentem, na pele e no coração, esse aconchego traduzido em afeto, atenção e paciência. Assistidos pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), eles têm a oportunidade de conviver com voluntários como a assistente social Erika Kolasco. “O trabalho é bastante gratificante, e sou recebida com muito carinho por todos. Recebo vários abraços, beijos e frases de carinho diariamente dos que lá são atendidos”, relata.

Em meio a eventos religiosos e pastorais, a belo-horizontina descobriu o gosto pela profissão de coração e de diploma. E o destino tinha razão. Bol-



Assistente social da Comarca de Passa Tempo, Erika Kolasco atua como voluntária na Apae do município: “O trabalho é bastante gratificante”, declara

sista integral no curso de serviço social da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Minas), ela recebeu a medalha de melhor aluna na formatura, época em que estava casada e com uma filha pequena.

Há quatro anos ela atua como assistente social na Comarca de Passa Tempo. Logo que mudou para a cidade, ela recebeu o convite da Apae para ser voluntária na instituição, que é desprovida de recursos para profissionais dessa área. Faz dois anos que Erika Kolasco atende crianças, adolescentes, adultos e idosos com deficiência intelectual e múltipla, duas vezes por semana.

## Realização plena

Um marido bondoso e companheiro, dois filhos independentes e uma sólida carreira no direito, com experiência em advocacia no norte de Minas Gerais e mais de quatro anos como servidora do TJMG. Ainda havia um vazio ecoando em Lídia Veloso, que buscou preenchê-lo de formas diversas. A resposta às suas preces veio em forma de oração. Há oito anos ela descobriu as Oficinas de Oração e Vida, fundadas pelo frei Ignacio Larrañaga, em 1984. “Descobri a plenitude no trabalho de ajudar as pessoas a encontrar também uma razão a mais para suas vidas por meio da espiritualidade”, afirma a coordenadora de oficiais de justiça.

Os participantes têm a chance de aprender a orar e alcançar serenidade e paz de espírito através das preces. O programa aposta na lei da sementeira e da colheita ao estabelecer a duração de quatro meses para cada oficina, propiciando aprendizado gradativo e real amadurecimento. “É um exercício diário e sujeito a recaídas, portanto, para alcançar o resul-

tado, é necessário perseverança, mas nada é obrigatório”, informa Lídia, que, há dois anos, coordena uma equipe de voluntários atuantes em paróquias e bairros de Belo Horizonte.

A servidora pinça na memória um caso peculiar, em sua trajetória de voluntária, envolvendo um juiz do TJMG: “Ele foi levado pela esposa e chegou meio descrente, mas ao final deu um depoimento dizendo que se tornou uma pessoa melhor, depois das oficinas”. O magistrado, hoje, trabalha na equipe da servidora. “Realização plena.” É como Lídia define, com precisão, a prática de doar-se ao outro.



O oficial judiciário Marcelo Aguiar, com crianças e adolescentes do projeto musical onde atua como voluntário; ele ensina violão e, em troca, ganha alegria



# Em prol da ética no consumo

Silvana Monteiro

**O final do ano, período marcado por celebrações, é um tempo em que nos permitimos ofertar e receber presentes e, por isso mesmo, uma época de grande apelo para o consumo. Por ser também um momento envolto em mensagens positivas, que tendem a despertar emoções, estamos, como consumidores, mais sujeitos à sedução das propagandas, que nos incitam a consumir, sem muita reflexão. O desembargador Manoel dos Reis Morais, mestre em filosofia e em direito, aborda, na entrevista a seguir, a necessidade da ética no consumo. “Precisamos resgatar uma concepção antropológica de ser humano”, declara.**

**TJMG Informativo – Que aspectos, além do fator econômico, envolvem o consumo?**

A questão do consumo é eminentemente contemporânea. A nossa sociedade, hoje, está estruturada como uma sociedade de consumo, conforme alguns sociólogos afirmam – entre eles, podemos citar Lipovetsky e Bauman. De um lado, temos o consumidor; de outro, o fornecedor. Consumidores e fornecedores não são adversários, mas muitos consumidores não refletem inteiramente sobre suas necessidades de consumo. Por isso, além do aspecto econômico, o consumo envolve questões jurídicas, éticas, sociológicas e psicológicas. Todas as áreas do conhecimento, de uma forma ou de outra, voltam atenção sobre essa nova sociedade. Trata-se de uma sociedade que produz massivamente fornecedores e consumidores, e na qual, por sua vez, também se consome massivamente. Penso que é sempre necessário fazer uma reflexão sobre esses múltiplos aspectos que envolvem o consumo, para que ele não se transmude em consumismo.

**Qual a profundidade do termo “necessidade”, sob o ponto de vista filosófico e social?**

Precisamos nos fazer a seguinte pergunta: quais são as nossas necessidades no dia a dia? Cada pessoa tem uma necessidade diferente, dependendo de sua posição social, de seu trabalho, enfim, de seu modo de vida. O que acontece na sociedade consumista é que não refletimos muito sobre as nossas necessidades. Por isso, precisamos resgatar uma concepção antropológica de ser humano. O que nós somos? Seres de razão e de liberdade. Mas estamos mesmo raciocinando sobre todas as nossas decisões, no que diz respeito aos bens que consumimos? Eles são realmente necessários? Há certa imposição do meio, no

aspecto sociológico, para o consumo; já no viés psicológico, há um verdadeiro bombardeio de *marketing* sobre nossas vontades. Muitos desejos são despertados em nós. Por isso, há múltiplas faces na questão do consumo, que por sua vez remete à ética. A ética, nesse contexto, é uma reflexão sobre nossas necessidades e nossos hábitos de consumo, considerando todas as faces que o formam, sejam eles sociológicos, psicológicos, jurídicos, entre outros.

**Será possível plena racionalidade e, também, plena liberdade nas decisões acerca do consumo?**

Nós nunca iremos adquirir a racionalidade e a liberdade plenas. Elas são um horizonte de sentido para a educação. Os antigos a chamavam de *paideia*: um grande projeto educativo. Há um psicólogo estadunidense, chamado Kohlberg, que desenvolveu uma teoria do desenvolvimento moral com três grandes estágios. O primeiro é o pré-convencional: a pessoa reage a situações do seu meio social basicamente por medo de punição. No segundo, o indivíduo reage ou age em seu meio social por entender que existem regras e que elas precisam ser cumpridas. O terceiro e último, que seria a meta de todo ser humano, é o pós-convencional: o sujeito age por compreender os motivos pelos quais as regras foram instituídas, os princípios que as antecedem. Neste último as atitudes humanas seguem um fluxo ou um plexo “principlológico”. Não é impossível que a população brasileira, considerada em seu todo, atinja o terceiro nível. Se nos empenharmos, em termos de educação, ou, como diriam os antigos, aprimorando nossa *paideia*, nós teremos, sim, uma boa formação da população brasileira e mundial. Porém, isso não quer dizer que todos terão adquirido o terceiro nível da teoria de Kohlberg e, assim, todos seriam plenos de razão e de liberdade.

**Quais são as principais demandas de consumo que chegam ao Judiciário?**

Os questionamentos judiciais são variados e envolvem muitos aspectos. Geralmente visualizamos falta de condições do consumidor em suportar as obrigações assumidas economicamente; com menos frequência, defeitos nos produtos etc. A pergunta que sempre fazemos ao analisar o processo, diante do conflito de interesses, é: será que o fornecedor, ao massificar a propaganda ou o *marketing* para determinado produto, provocando o desejo no consumidor, pensou na possibilidade de o consumidor não ter condições de arcar

com aquela obrigação econômica? Trata-se de uma indagação importante, pois em determinadas situações ela esclarece algo, por exemplo, sobre o inadimplemento de alguma obrigação. Procuramos não apenas dar uma resposta para o conflito, mas também



**Somos seres de razão e de liberdade. Mas estamos mesmo raciocinando sobre todas as nossas decisões, no que diz respeito aos bens que consumimos?**



exercitar esse lado pedagógico. Ao fornecedor nossa fala é: “você poderia ter prestado atenção no perfil do cliente ou ter observado melhor o itinerário de vida dele”. Ao consumidor, o recado seria: “você deveria ter pensado melhor sobre as suas necessidades; talvez o bem (veículo) adquirido não fosse tão necessário, ou quem sabe você deveria ter escolhido outro de menor valor”. Penso que nossa função – do juiz, do

advogado, do defensor, dos pais e das mães etc. –, enfim, de toda a sociedade, deve ser pedagógica, de levar a ética para o consumo, de aguçar o que nos dignifica, verdadeiramente, como seres humanos, que é o aprimoramento do nosso agir racional para que sejamos cada vez mais livres.

Soraia Costa



■ Mestre em filosofia e em direito, o desembargador Manoel dos Reis Morais lembra que a questão do consumo é “eminentemente contemporânea” e “eminentemente ética”

# Natal chega ao TJMG, mais uma vez, ao som de vozes infantis

Cláudia Lima

Buzinas e o fluxo de veículos, cenário habitual da Avenida Afonso Pena, na capital, darão lugar a notas de violinos e vozes infantis, do alto dos janelões e da escadaria do Palácio da Justiça do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Devido ao grande sucesso dos anos anteriores, a Cantata de Natal entra em sua terceira edição e espera por um público de mais de 2 mil pessoas, entre magistrados, autoridades, servidores, familiares dos jovens artistas e pessoas da comunidade. O projeto é uma realização da Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj).

O repertório, que começará com o tema do seriado *Game of Thrones*, seguirá com clássicos natalinos, músicas folclóricas brasileiras e chegará ao *Submarino Amarelo dos Beatles*. Uma bailarina em destaque vai completar o momento mágico da festa. A casa da Justiça mineira se veste de luzes natalinas e chama todo mundo para uma celebração inesquecível.

O evento foi todo imaginado e planejado para agradar a crianças de todos os tamanhos e idades. Afinal, o tema deste ano é "O Natal pelos olhos de uma criança", ou pelos olhos de quem ainda enxerga o Natal de forma lúdica.

O espetáculo será abrilhantado por 200 crianças e adolescentes dos projetos sociais da Coinj. Uma parte do coral é formada por meninos e meni-

nas das escolas Estadual Dona Augusta e Municipal Ulysses Guimarães, localizadas na comunidade do Morro do Papagaio, na capital.

Já a orquestra é composta por crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, sendo que alguns vivem em instituições de acolhimento. Os jovens têm aulas de iniciação musical, canto coral, violino, violoncelo, viola, contrabaixo acústico, entre outros instrumentos. São residentes da comunidade do Morro do Papagaio, trabalhadores da Associação Profissionalizante do Menor (Assprom) e de outras instituições parceiras.

## Janela para o futuro

Segundo o desembargador Wagner Wilson, criador do projeto em conjunto com a Assessoria de Comunicação (Ascom), a música ajuda na autoestima e na concentração, mas o principal objetivo dessa iniciativa é formar cidadãos. Em cada apresentação nas solenidades do TJMG, as crianças se sentem pertencentes à sociedade e protagonistas de uma história de sucesso. A Cantata de

Natal representa toda a preparação que elas têm durante o ano. "É um espetáculo maravilhoso, que tem conquistado a população de Belo Horizonte e já está recebendo pedidos de gravação das cantatas de outros tribunais", afirma.



**Em cada apresentação nas solenidades do TJMG, as crianças se sentem pertencentes à sociedade e protagonistas de uma história de sucesso**



Os irmãos Esther e Victor Hugo, de 5 e 12 anos, estão se preparando o ano todo para se apresentarem na Cantata de Natal, pela primeira vez. Victor já tocava violino, mas as aulas estavam muito caras. Depois que conheceu o projeto, ele pôde voltar a estudar o instrumento e passou a participar de apresentações. Já Esther, que é a mais nova do coral, nunca se apresentou, mas, segundo a mãe, Valéria Nascimento, já está preparada e canta as músicas o dia todo dentro de casa. Além disso, ela aprendeu a ler mais cedo, só para conseguir acompanhar a letra das músicas durante os ensaios. Valéria conta que, desde que os dois começaram a estudar música, estão mais estudiosos e atentos na escola. "Os projetos musicais da Coinj abriram uma janela para o futuro deles", comemora.

**8** de dezembro  
19h30 em frente ao  
Palácio da Justiça  
Rodrigues Campos  
Av. Afonso Pena, 1420 - Centro



# O Cineclube TJ concluiu mais um ano de apresentação de excelentes filmes, vistos por mais de 600 pessoas

*Juiz Magid Nauef Láuar\**

O escopo do Cineclube TJ é oferecer aos magistrados, servidores e jurisdicionados um espaço cultural patrocinado pelo Poder Judiciário mineiro, bem como atuar como uma forma de integração da administração superior do Tribunal de Justiça com os administrados.

Ao disponibilizar a todos uma expressão cultural, o Tribunal de Justiça cumpre, mais uma vez, sua função social interativa e aproxima-se dos jurisdicionados e, ao mesmo tempo, divulga e democratiza a cultura.

A escolha do filme é feita através de uma pesquisa entre aqueles que comparecem às sessões. A elaboração de uma resenha sobre a película, que é publicada mensalmente no TJMG Informativo, é feita por magistrados ou servidores convidados.

O filme é apresentado, normalmente, toda última quinta-feira do mês, oportunidade em que é anunciado o filme do mês seguinte.

Ao concluir mais um ano de trabalho, além dos votos de feliz Natal e próspero Ano Novo, a equipe do Cineclube TJ Desembargador Sérgio Braga agradece o valioso empenho da Assessoria de Comunicação (Ascom) do TJMG, a todos aqueles que apresentaram os filmes e, fundamentalmente, aos eminentes desembargadores Pedro Bitencourt e Herbert Carneiro, ex-presidente e presidente do TJMG, respectivamente, por garantirem a efetiva atuação do Cineclube TJ.

*\* Coordenador do Cineclube TJ*



## CLIQUE DO LEITOR

Um dos maiores presentes que a fotografia me proporciona é a interação: poder conhecer melhor cada fotografado é incrível. Certa vez, combinei uma sessão com uma colega de trabalho; bailarina há muitos anos, ela dizia ter pouquíssimas fotos. A rotina agitada seguia adiando nosso projeto até a chegada de uma notícia maravilhosa: minha amiga Gisleide estava grávida. Corremos para fotografar enquanto a roupa de bailarina ainda servia e aí está, uma das minhas fotos favoritas. Meses depois dessa sessão, a Lis nasceu cheia de saúde e trazendo muita alegria. Participar de um momento tão importante na vida de uma amiga foi mesmo um grande presente da fotografia.

*Filipe Rivelli, assistente técnico de sistemas da Diretoria Executiva de Informática*



Caso queira participar da coluna Clique do Leitor, envie uma foto de sua autoria, acompanhada de um texto de até dez linhas sobre a imagem, para imprensa@tjmg.jus.br. Preencha o assunto com "Clique do Leitor". As melhores fotos serão publicadas neste espaço.